

INVESTINDO NA ESCOLA INCLUSIVA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL

Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo (UFRN)

Lúcia de Araújo Ramos Martins (UFRN)

GT 02 - Formação de Professores

Introdução

Nas últimas décadas, a presença de alunos com deficiência nas escolas regulares, em nosso país, à luz do paradigma da inclusão social, tem sido - sem dúvida - uma das questões mais discutidas no âmbito da sociedade, particularmente, pela comunidade escolar.

Antigamente, a educação voltada para esses alunos, restringia-se a espaços segregativos, em instituições especializadas, porém, hoje, em função da democratização do ensino e da igualdade de oportunidades para todos pouco a pouco começa a ser ofertada em ambientes comuns de ensino. A nossa legislação em vigor determina a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, dentre estes os que apresentam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, aspecto que vem sendo previsto também nas políticas públicas educacionais. Isto é o que determina, por exemplo, Constituição Brasileira (Art. 208, inciso III), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei nº 9.394 / 96), e, mais recentemente, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).

No entanto, vários estudos em nosso país, como os de Bueno (1999), Glat (1995; 2000), Goffredo (1992), entre outros, apontam inúmeras barreiras que impedem, de forma mais efetiva, a política de inclusão em nossas escolas destacando, como a principal causa, o despreparo dos professores do ensino regular para receber em suas salas de aula os alunos com deficiência.

Nesse sentido, Glat e Nogueira (2002) enfatizam que as políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá a beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

Diante da relevância que assume a capacitação docente frente à atual política educacional vigente em nosso país, particularmente voltada para o atendimento ao aluno com deficiência, propomo-nos a apresentar algumas considerações sobre um estudo que vem sendo realizado numa escola regular, na cidade do Natal/RN, que busca - através da formação continuada - favorecer mudanças que contribuam para um ensino de qualidade junto a alunos com paralisia cerebral.

1. Do diagnóstico a pesquisa-ação: um breve histórico do estudo em questão.

Este estudo, ora em desenvolvimento, faz parte da continuidade de uma pesquisa realizada por Melo (2003), intitulada “o processo de inclusão do aluno com paralisia cerebral na escola regular: a visão da comunidade e a organização escolar”, que deu origem à sua dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRN, em janeiro de 2003, na Linha de Práticas Pedagógicas e Currículo.

O interesse por estudar esta temática, durante o Mestrado, partiu da necessidade de verificarmos - diante da política educacional vigente em nosso país, que se posiciona pelo

atendimento dos alunos com deficiência em classes comuns – como a escola no ensino regular estava percebendo e se organizando para incluir o aluno com deficiência física, haja vista ambos aspectos serem fundamentais para assegurar e promover um ensino de qualidade a esses educandos. Escolhemos este tipo de deficiência por ser pouco discutida no âmbito da Educação Especial e por sua problemática ser relacionada, na maioria das vezes, de maneira errônea, apenas à eliminação das barreiras arquitetônicas, que é vista como o principal fator para que tais alunos possam ser incluídos na escola.

Dentro deste grupo, buscamos analisar a questão, especificamente, na perspectiva do educando com paralisia cerebral. A Paralisia Cerebral é definida por Muñoz; Blasco e Suarez (1997) como sendo um grupo de afecções que se caracteriza pela disfunção motora, cuja principal causa é uma lesão encefálica não progressiva, acontecida antes, durante ou pouco depois do parto. É uma perturbação complexa que compreende (ou não) vários sintomas, a saber: alteração da função neuromuscular com déficits sensoriais (audição, visão, fala etc.), dificuldades de aprendizagem, déficit intelectual e problemas emocionais.

Participaram do referido estudo 16 membros de duas escolas regulares (2 diretoras, 2 coordenadoras pedagógicas, 4 professores, 4 alunos sem deficiência, 2 funcionários de apoio e 2 mães de alunos sem deficiência). Destacamos que uma instituição era governamental, integrante da rede estadual de ensino (escola A) e a outra, de cunho particular (escola B), assim como que o estudo foi empreendido no âmbito do ensino fundamental. Dentre os 16 participantes, 13 eram do sexo feminino e 3 do sexo masculino, com idade variando de 9 a 53 anos.

A escolha por escolas de âmbitos diferentes teve como propósito retratar realidades de contextos escolares e alunos com paralisia cerebral com grau de comprometimento motor distintos. Verificamos que a aluna da escola estadual apresenta seqüela motora de diplegia espástica associada a coreoatetose, dificuldade de escrita fazendo uso de material escolar convencional, discreta disartria e anda com apoio, enquanto que o aluno da escola privada apresenta seqüela motora de quadriplegia espástica, ausência de escrita e leitura, não fala e anda em cadeira de rodas.

Diante da pesquisa empreendida constatamos que, com relação a visão das comunidades escolares, as mesmas percebem o aluno com paralisia cerebral com base:

- em aspectos puramente visuais, definindo suas características pelas diferenças evidenciadas em relação à maioria dos alunos;
- em concepções acerca da deficiência presentes em diferentes momentos da história da humanidade;
- em preconceitos resultantes do estigma da deficiência;
- em idéias errôneas, decorrentes do entendimento inicial induzido pelo termo “paralisia cerebral”, o qual levava algumas pessoas a verem esse educando como alguém sem condição de desenvolvimento global;
- nas suas capacidades e potencialidades, ou seja, os sujeitos investigados, depois da convivência escolar, mesmo detectando limitações, passam a percebê-lo como alguém capaz de aprender e de avançar no seu desenvolvimento;
- como pessoas que – muitas vezes – necessitam de ajuda para o desenvolvimento de certas atividades (exs: escolares, de alimentação, de higiene, de vestuário, de locomoção);
- como pessoas que muito têm a contribuir e a ensinar à comunidade escolar.

E com relação aos aspectos analisados, quanto à organização da escola para propiciar a inclusão, foi constatado que:

- ambas as escolas possuíam projeto político-pedagógico, no entanto, apenas a escola B contemplava em seu regimento os princípios norteadores para inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais;

- quanto à sensibilização nas comunidades para receber e atuar com o aluno com paralisia cerebral, constatamos, em ambas as escolas, a ausência de um trabalho sistemático nesse sentido;
- no que diz respeito à capacitação dos professores para atuar com esses alunos, constatou-se ausência de conhecimentos específicos sobre paralisia cerebral e sobre a educação escolar do aluno com paralisia cerebral;
- ausência de recursos específicos (materiais pedagógicos, mobiliário escolar e equipamentos) e de conhecimentos sobre os mesmos;
- no que se refere à estrutura física, ambas as escolas possuíam barreiras arquitetônicas e havia ausência de instalações físicas adequadas, dificultando e impedindo a acessibilidade e autonomia desses educandos no ambiente escolar.

Com a realização desta pesquisa, pudemos constatar que o problema da inclusão escolar do aluno com paralisia cerebral não se restringia exclusivamente à questão da eliminação das barreiras arquitetônicas, como é enfatizada na literatura, mas, também a aspectos específicos da sua necessidade especial e de outros aspectos que são comuns na convivência com pessoas que apresentam outros tipos de deficiência (como os preconceitos, os estigmas, os mecanismos de defesa enfrentados, a ausência de materiais pedagógicos adaptados e de formação adequada dos profissionais de ensino para atendê-los, entre outras).

De posse dessa realidade, decidimos dar continuidade ao estudo, desta feita em nível de Doutorado, onde, de forma mais efetiva, pudéssemos empreender um trabalho numa escola, visando ao favorecimento de mudanças que possibilitassem um novo olhar para a deficiência - no caso específico, para a paralisia cerebral - e, conseqüentemente, para o atendimento pedagógico desses alunos. Para tanto, enveredamos por uma pesquisa-ação, que se encontra em desenvolvimento, da qual passaremos a detalhar alguns aspectos.

2. Metodologia.

2.1 A pesquisa-ação como meio para propor mudanças.

Decidimos por esse método em função da especificidade do presente estudo, que nos permitirá um maior envolvimento com os sujeitos da pesquisa, assim como o engajamento destes no processo de investigação e resolução dos problemas enfrentados pela comunidade escolar.

Segundo Thiollent (1998, p.14), a pesquisa-ação caracteriza-se por ser

um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para este autor, os objetivos da pesquisa-ação são de duas ordens: a primeira, de ordem prática, é contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central na pesquisa, com levantamento de soluções e propostas de ações correspondentes a soluções, com vistas a auxiliar o agente na sua atividade transformadora da situação; a segunda, de ordem de conhecimento, é obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentando o conhecimento de determinadas situações.

Na pesquisa-ação, uma capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação. As pesquisas em educação acompanham as ações de educar, comunicar e

organizar. Os “atores” sempre têm de gerar, utilizar informações e também orientar a ação, tomar decisões etc. Isto faz parte tanto da atividade planejada, quanto da atividade cotidiana e não pode deixar de ser diretamente observado na pesquisa-ação. As ações investigadas envolvem produção e circulação de informação, elucidação e tomada de decisões, e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes (THIOLLENT,1998).

Nesse segundo momento, optamos por empreender a investigação na escola B, em função: do trabalho que a mesma já vem realizando há alguns anos para favorecer a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular; por ser uma escola com um número reduzido de alunos e funcionários, facilitando o trabalho na comunidade escolar; por ter sempre alunos com deficiência inseridos na escola, principalmente alunos com paralisia cerebral; pela aceitação e motivação dos professores em quererem participar da capacitação proposta, dispondo-se a dedicar alguns finais de semana no processo formativo; do próprio envolvimento da coordenação pedagógica, articulando-se junto à escola para que essa formação em serviço seja prioridade no cronograma da mesma.

Os procedimentos adotados nessa pesquisa-ação foram sistematizadas em três etapas:

- a) Na primeira etapa houve um período inicial, que antecedeu à execução da formação em serviço propriamente dita, que ocorreu de setembro a dezembro de 2003, cujas ações desenvolvidas foram: retorno à escola; reunião com a coordenadora pedagógica para falar acerca dos resultados da pesquisa anterior (contidos na dissertação) e convidar a instituição para participar da segunda etapa do estudo, que envolveria um trabalho de intervenção junto a comunidade, com ênfase para os professores; apresentação do pesquisador aos novos professores e alunos com paralisia cerebral que entraram na escola no ano de 2003; solicitação de consentimento aos pais para participação dos alunos na pesquisa; reunião com todos os professores da escola para apresentação e discussão do estudo a ser desenvolvido; caracterização dos professores (perfil) e levantamento das suas necessidades quanto aos conteúdos a serem ministrados no programa de intervenção; observações livres em classe do atendimento educacional prestado aos alunos com paralisia cerebral e extra-classe semanalmente.
- b) A segunda etapa constou do planejamento e elaboração do programa de intervenção.

Com base nas ações acima descritas e nos resultados obtidos na pesquisa anterior, planejamos e elaboramos o programa de intervenção, tendo como objetivos:

- desenvolver diferentes estratégias (seminários, oficinas, dramatizações, leitura e discussão de texto compartilhado, visitas a escolas, mesas redondas, dinâmicas de grupo, entre outras) que possibilitem aos professores a apreensão de conhecimentos que favorecessem sua reflexão e atuação, no cotidiano escolar, com o aluno com paralisia cerebral;
- acompanhar, discutir e orientar os professores no atendimento educacional ao aluno com paralisia cerebral incluído em sala de aula;
- orientar a comunidade escolar, particularmente aos alunos com paralisia cerebral e seus familiares, visando potencializar o processo de aprendizagem e as relações interpessoais no contexto educacional;
- caracterizar os professores em capacitação e os alunos com paralisia cerebral incluídos na escola regular alvo do curso.

O programa de formação foi sistematizado em seis módulos temáticos, que se propõem a discutir questões sobre: a bidirecionalidade do processo ensino e aprendizagem; a deficiência na sociedade; o aluno com deficiência física no contexto da educação especial; legislação voltada para educação das pessoas com necessidades especiais; educação inclusiva e atendimento as necessidades educacionais do aluno com paralisia cerebral.

Os módulos estão sendo ministrados na própria escola, em encontros quinzenais, totalizando 60 horas de curso teórico/prático (cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da UFRN). O trabalho foi iniciado em abril de 2004 e será finalizado em dezembro de 2004.

c) Terceira etapa: execução do programa de intervenção que se encontra em processo.

Até o presente momento, foram desenvolvidos dois módulos de intervenção junto aos professores da escola alvo de nossa pesquisa: Módulo I – A bidirecionalidade do processo ensino e aprendizagem e Módulo II – Sociedade e deficiência. A cada módulo, utilizamos estratégias específicas objetivando suscitar nos professores uma reflexão com base em sua própria história de vida e atuação pedagógica. Na execução do trabalho, durante os módulos, os professores recebem antecipadamente textos que foram selecionados de acordo com a temática em questão, com vistas a promover uma melhor discussão. O pesquisador facilitador do estudo, durante as discussões, instiga as reflexões com base em questionamentos a partir dos próprios textos e de situações concretas observadas no atendimento junto aos alunos com paralisia cerebral no cotidiano da escola.

3. Resultados e discussão

Em se tratando de uma pesquisa em andamento e pela própria natureza do estudo, que se caracteriza por um processo dinâmico cujas ações são orientadas e reorientadas a partir das relações vivenciadas pelos atores no cotidiano da escola objeto de estudo, apresentaremos nesse momento uma síntese das discussões dos módulos (I e II), apontando alguns encaminhamentos e resultados já observados.

Em relação ao módulo I, utilizamos como base para as reflexões e discussões, o texto de Aranha e Laranjeira (1996) que versa sobre: o papel do professor em sala de aula; resgate do processo de aprendizagem do professor quando aluno; desenvolvimento na perspectiva sócio-histórica; relação entre o processo de formação do indivíduo e sua atividade profissional; o significado da função do mediador não exercício docente; o professor exercendo o papel de autoridade no ensino; a importância da reflexão na prática pedagógica; a função da escola; as relações interpessoais e a construção dos conhecimentos; a concepção social da deficiência e o olhar sobre o aluno com deficiência; como deve ser a atuação do professor sobre esse alunado.

Na discussão deste texto, realizado em dois encontros, totalizando 8 horas, possibilitamos aos professores um espaço de diálogo onde cada um pudesse se ver na possibilidade de aluno, avaliando diferentes situações que envolviam sala de aula, a escola e o próprio sistema educacional, sempre buscando relacionar as discussões com exemplos concretos vividos pelos professores.

Nas discussões em torno da inclusão do aluno com deficiência na escola regular finalizamos com o seguinte questionamento: de que adiantaria se chegássemos naquele momento dando respostas de como fazer para alcançar resultados pedagógicos satisfatórios frente ao aluno com paralisia cerebral, se o problema, na verdade, na maioria das vezes, não estava no aluno, mas, na própria escola enquanto instituição social e, em nós mesmos, pela forma como o vemos (como algo fora dos padrões de normalidade) e o julgamos? Será que o nosso aluno com deficiência, mesmo com todas condições pedagógicas favoráveis, avançará

em seu processo ensino-aprendizagem se nós, como professores, não conseguimos aceitá-lo com sua deficiência, como algo que faz parte da humanidade, vendo-o sempre pela ótica da doença, da inutilidade e do paternalismo? Será que a quebra das barreiras atitudinais não seria o primeiro passo para nossa atuação eficaz no atendimento pedagógico dos alunos com deficiência, já que as relações interpessoais entre professor e aluno são fatores a serem considerados como fundamentais no processo de ensino e aprendizagem?

Como produto da discussão desse módulo os professores, através de um trabalho em grupo, descreveram e apresentaram uma síntese com base em suas reflexões. Citamos, a seguir, duas dessas sínteses como exemplos:

Grupo A – O professor é reflexo de sua história de vida, todavia, temos que estar atentos para refletir sobre a nossa prática, pois a ausência dessa reflexão faz com que passemos a reproduzir, sem perceber, valores sem ao menos questionarmos a esse respeito.

Grupo B – O texto foi bastante interessante, pois ele dialoga com o professor, questiona sua ação na produção educativa e, por mais que o professor procure distanciar-se dele, é impossível, porque ele indaga em relação a aspectos inerentes ao fazer educativo, o professor sente-se na obrigação de refletir sobre esse fazer.

Diante das sínteses apresentadas, finalizamos o encontro compartilhando a importância de refletirmos a nossa prática pedagógica vinculada a nossa história de vida, sem esquecer que essa é determinada pelo contexto social na qual estamos inseridos. Também enfatizamos que só com a auto-reflexão é possível perceber nosso real posicionamento sobre as pessoas que apresentam necessidades especiais e analisar nossas ações. No entanto, isto por si só não garante uma mudança de postura ou de atitudes que julgamos, por muitas vezes, ser verdadeira ou correta. É preciso, além da auto-reflexão, estarmos disponíveis para querer, por vontade própria, rever a nossa maneira de ser e agir no mundo. É com essa filosofia que encerramos o nosso primeiro encontro, pois precisaremos e muito, de estarmos abertos a novas leituras de vida para possibilitar um novo olhar para o mundo, para o outro e para nós mesmos.

Em relação ao módulo II, discutimos a concepção de deficiência na humanidade, as raízes históricas das atuais atitudes sociais de discriminação e preconceito frente às pessoas com deficiência e seus fatores determinantes com base nos textos de Amaral (1992) e Brasil (1997).

Esse módulo também foi realizado em dois encontros, totalizando 8 horas/aula. Iniciamos nossas discussões perguntando aos professores o que era deficiência? E que tipos de sentimentos eram desencadeados quando estavam diante de uma pessoa com deficiência? Observamos que as respostas se relacionavam, respectivamente, a aspectos como: limitação, incapacidade, defeito, ausência de habilidades ou funções, anomalia, anormalidade e medo, pena, tristeza, pavor e impotência. Levamos os professores a buscar, na história da humanidade, respostas que se fazem presentes ainda hoje em nosso meio. Nessa trajetória, muitas idas e vindas colocavam o grupo a refletir acerca das nossas concepções e de nossas atitudes frente a essas pessoas, muitas vezes apreendidas de forma inconsciente e pelo senso comum. Nessa discussão, coletivamente, percebemos que a deficiência - além de uma condição - também era um conceito construído socialmente. Portanto, a aceitação da pessoa com deficiência, enquanto um valor social, era determinado culturalmente. Perguntamos aos professores se na escola existia preconceito apenas em relação aos alunos com deficiência? E, obviamente, a resposta dada pelo grupo foi não. Perguntamos também se nós éramos preconceituosos? De que maneira esse preconceito era vista na escola em relação aos alunos com deficiência? Concordando que sim, os professores indagam se (??) somos pertencentes a uma sociedade, a uma cultura preconceituosa. Nesse momento, começa a surgir colocações diversas por parte dos professores de situações cotidianas na escola onde a indiferença, o preconceito e a falta de respeito à pessoa com deficiência é algo comum. E questionamos

como se explica que a escola, tida como espaço de construção para o exercício da cidadania, não está dando conta de possibilitar aos alunos meio para pensar a diferença/ deficiência como uma condição pertencente à diversidade e, principalmente, da construção de valores essenciais para a vida humana como o respeito, a solidariedade, a cooperação, entre outros?

Percebemos que, após essas reflexões, alguns professores da turma da 7ª série, onde estudam dois alunos com paralisia cerebral, começaram voluntariamente a se preocupar mais com essa questão, buscando levar para os alunos os conhecimentos adquiridos na discussão desse módulo, o que foi constatado durante nossas reuniões com a coordenação pedagógica, que nos informou de algumas ações que estavam sendo desenvolvidas como: apresentação e discussão de filmes com histórias de pessoas com deficiência; elaboração de projetos pedagógicos nas disciplinas de Português, Artes, e Geografia, contemplando objetivos que discutiam a questão da deficiência como, por exemplo, o enfoque do mercado de trabalho e deficiência, na discussão do conteúdo da disciplina de Geografia que abordava o processo de industrialização no Brasil. Tais projetos resultaram em painéis que foram apresentados durante a socialização no fechamento do 2º bimestre a toda comunidade escolar.

Tais ações, em nossas observações, já nos fazem perceber na turma da 7ª série em particular, um olhar diferente para os alunos com paralisia cerebral quando os mesmos colocam que eles, os professores, estão interagindo melhor com esses alunos e percebendo que os mesmos possuem potencialidades acadêmicas.

Gostaríamos de compartilhar uma frase muito significativa, colocada por uma das professoras participantes do grupo, durante uma reunião do conselho de classe para avaliação do 2º bimestre, que serviu de estímulo para acreditarmos que este é um caminho que pode nos levar a verdadeiras transformações: “antes não nos preocupávamos muito com eles, não olhávamos como de fato estamos os vendo hoje”.

Considerações finais.

Apesar de situarmos nesse estudo apenas alguns recortes de uma intervenção em processo percebemos que as discussões temáticas desenvolvidas nos módulos estão apontando como uma estratégia significativa que pode ser útil na capacitação dos professores em serviço e na melhoria da qualidade da escola, como um todo. Porém, a formação continuada não pode ser vista como uma solução para todos os problemas que hoje se encontram no interior de nossas escolas. É preciso que se pense na educação como um bem social que exige investimentos a longo prazo e que se reveja o papel de cada segmento da sociedade nesse processo, para que a mesma possa garantir aos nossos alunos, independente de suas características, uma escola de qualidade para todos, dando-lhes oportunidades, entre outros aspectos, de usufruírem de um futuro seguro para o exercício de sua cidadania plena.

Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. Sociedade e deficiência. **Integração**, Brasília, ano 4, n. 9, p. 8-10, abr./maio/jun. 1992.

ARANHA, M. S. F.; LARANJEIRA, M. I. **Brasil, Século XX, Última Década**. Brasília: MEC / SEESP, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: 2001.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. A concepção de deficiência. In: _____. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência mental**. Brasília: MEC/SEESP, [1997]. p.9-24.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol.3. n.5, p.2-25, 1999.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

_____. Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. **Revista Souza Marques**, vol.1, p. 16-23, 2000.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**. n.24, p.22-27, 2002.

GOFFREDO, V.F.S. Integração ou segregação: o discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro. **Revista Integração**. n.4, p.118-127, 1992.

MUÑOZ, Juan Luis Gil; BLASCO, Glória M. Gonzáles; SUAREZ, Maria J. Ruiz. Deficientes motores II: paralisia cerebral. In: BAUTISTA, Rafael (Org.). **Necessidades educativas especiais**. 2.ed. Lisboa: Dinalivros, 1997. p. 293-315.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. **O processo de inclusão do aluno com paralisia cerebral na escola regular: a visão da comunidade e a organização escolar**. Natal, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003. p. 190.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1998.